

Acordo pode antecipar aprovação da nova LSN

Da sucursal de
BRASÍLIA

O projeto da nova Lei de Segurança Nacional foi lido ontem à noite em sessão do Congresso, iniciando tramitação que legalmente vai até 20 de março, mas que pode ser antecipada, se houver acordo entre os partidos. Na mesma sessão, realizada com reduzida presença de deputados e senadores, foi designada comissão mista de 11 deputados e 11 senadores que dará parecer à matéria.

O senador Hélio Gueiros (PMDB-PA) será o presidente da comissão mista, cabendo ao ex-secretário de Justiça do Paraná, deputado Otávio Cesário (PDS), a função de relator. A comissão será instalada quarta-feira, iniciando-se então a contagem dos oito dias durante os quais os parlamentares poderão apresentar emendas.

O PDS tem maioria na comissão: 12 votos contra dez das oposições. Dos 11 senadores, sete são do PDS e quatro, do PMDB. Dos 11 deputados, cinco são do PDS, cinco do PMDB e um

do PDT. Essa maioria pedessista leva a crer que, embora seja esperado grande número de emendas, só serão acolhidas aquelas que o governo julgar adequadas.

No dia 23 encerra-se o prazo para emendas. O relator do projeto terá então 20 dias para dar seu parecer. Mas se houver acordo, ele pode reduzir esse prazo, permitindo que a nova Lei de Segurança seja aprovada antes de 20 de março. Se ela não for votada até lá, ficará na pauta em regime de urgência por dez sessões consecutivas, ao final das quais será dada como aprovada por decurso de prazo.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, pretendia apresentar emenda à mensagem presidencial, propondo a revogação da LSN. Depois de uma análise da situação atual, concluiu que isso dificilmente seria conseguido. "No momento, me aparece até impossível", admitiu. Mas disse esperar que sejam oferecidas sugestões que atenuem os dispositivos apresentados pelo governo.